



A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR E A SEMIFORMAÇÃO

Raimundo Sérgio de Farias Júnior¹

RESUMO: O presente trabalho analisa a disseminação da semiformação via expansão do ensino superior no Brasil. Fundamento minhas reflexões nas contribuições dos teóricos da Escola de Frankfurt, em especial Adorno, por meio do conceito de semiformação. Foco minha reflexão na crescente e acelerada expansão do acesso a educação superior, sobretudo após o crescente processo de privatização deste nível de ensino, orientada por preceitos neoliberais. Estamos, assim, diante daquilo que Adorno (1996) entendeu como semiformação (*Halbbildung*) que é a determinação social da formação na sociedade contemporânea capitalista. Essa semiformação, ao contrário da autêntica formação cultural (*Bildung*), reforça a alienação e a compreensão ideológica, preconceituosa e estereotipada do mundo e pouco contribui para uma interpretação crítica da realidade concreta, para a autonomia e a emancipação.

Palavras-chave: ensino superior, semiformação, esclarecimento

THE EXPANSION AND THE SEMI-FORMATION OF HIGHER EDUCATION

ABSTRACT: This paper analyzes the spread of semi-formation via expansion of higher education in Brazil. My reflections are based on the contributions of the theorists of the Frankfurt School, Adorno in particular, by means of the concept of semi-formation. My reflection is focused on the growing and rapidly expanding access to higher education, especially after the increasing privatization of higher education, driven by neoliberal precepts. Thus, we are face of what Adorno (1996) considered as semi-formation (*Halbbildung*), which is the determination of the social formation in contemporary capitalist society. This semi-formation, unlike the authentic cultural formation (*Bildung*), reinforces alienation and the ideological prejudiced and stereotypical understanding of the world, which little contributes to a critical interpretation of reality, autonomy and emancipation.

Keywords: higher education, semi-formation, enlightenment

¹ Estudante de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará, professor Assistente I da Universidade do Estado do Pará e Técnico em Educação da Secretaria do Estado de Educação do Pará, Mestre em Educação, orientado por Olgaíses Cabral Maués. E-mail: jrbarcafarias@yahoo.com.br



Introdução

O presente trabalho é resultado de meus estudos de doutoramento relacionados a investigação teórica e empírica que procura estudar processos de saúde e adoecimento de docentes que atuam no ensino superior privado. Ao longo da construção da tese, como forma de subsidiar os aportes teóricos necessários a produção da mesma, acabo por me debruçar em estudar aspectos relativos a educação superior, em especial a expansão dessa, orientada por preceitos mercantis e de forma privatista, cuja preocupação reside essencialmente na ampliação quantitativa e não na democratização qualitativa do acesso a esse nível de ensino.

Assim, as análises aqui tecidas constituem parte da investigação teórica necessária a produção da tese, emergidas ao longo da pesquisa bibliográfica, basicamente, à pesquisa de natureza mais propriamente teórica, realizada com a finalidade melhor precisar o tema/problema e o quadro de referências teóricas e metodológicas. No transcorrer desse processo, defrontei-me com algo que me inquietou profundamente: a expansão quantitativa do ensino superior brasileiro.

Fundamento minhas reflexões nas contribuições dos teóricos da Escola de Frankfurt, em especial Adorno, por meio do conceito de semiformação. Cumpre frisar que o termo semiformação aparece pela primeira vez na “Dialética do esclarecimento” de Horkheimer e Adorno (1985), citado em “Elementos do anti-semitismo”:

Para ele [o homem semiformado] todas as palavras se convertem num sistema alucinatório, na tentativa de tomar posse pelo espírito de tudo aquilo que sua experiência não alcança, de dar arbitrariamente um sentido ao mundo que torna o homem sem sentido, mas ao mesmo tempo se transformam também na tentativa de difamar o espírito e a experiência de que está excluído, e de imputar-lhes a culpa, que, na verdade, é da sociedade que o exclui do espírito e da experiência. Uma semicultura [ou semiformação] que por oposição à simples incultura [ou ausência de formação] hipostasia o saber limitado como verdade, não pode mais suportar a ruptura entre o interior e o exterior, o destino individual e a lei social, a manifestação e a essência. Essa dor encerra, é claro, um elemento de verdade em comparação com a simples aceitação da realidade dada [...]. Contudo a semicultura, em seu modo, recorre estereotipadamente à fórmula que lhe convém melhor em cada caso, ora para justificar a desgraça, ora para profetizar a catástrofe disfarçada, às vezes, de regeneração. [...] Os sistemas obscuros realizam hoje o que o mito do diabo da religião oficial realizava na Idade Média: a atribuição arbitrária de um sentido à realidade exterior. [...] a real emancipação dos homens não ocorreu ao mesmo tempo que o esclarecimento do espírito [...] quanto mais a realidade social se afasta da consciência cultivada, tanto mais esta se via submetida a um processo de



reificação. A cultura converteu-se totalmente numa mercadoria. O pensamento perde o fôlego e limita-se à apreensão do fatual isolado [...] o pensamento reduzido ao saber é neutralizado e mobilizado para a simples qualificação nos mercados de trabalho específicos e para aumentar o valor mercantil das pessoas. Assim naufraga a auto-reflexão do espírito que se opõe à paranóia. Finalmente, sob as condições do capitalismo tardio, a semicultura converteu-se no espírito objetivo (HORKHEIMER e ADORNO, 1985, p. 182-184)

O homem semiformado, ainda que tenha seu valor mercantil elevado, em razão de possuir um diploma, ainda não reúne forças para realmente se emancipar, torna-se “espírito livre”, torna-se independente dos “diretores de consciência”, campo fértil para a manutenção e reprodução do preconceito, do pensar por estereótipos – formas do pensar alheias a todo ordenamento social que busque a realização do princípio básico da democracia, qual seja, o da autonomia do sujeito.

É a partir dessas premissas que procuro entender o processo de expansão da educação superior brasileira emergida nas relações sociais que engendram e ensejam a produção de uma falsa consciência, que hipostasia as relações concretas de existência e garantem a reprodução do vigente regime de acumulação.

I. A expansão mercantil da educação superior

Existem duas formas básicas de a burguesia, isto é, o capital, encarar a educação escolar: educação-mercadoria ou mercadoria-educação (RODRIGUES, 2007, p. 5).

A expansão do ensino superior no Brasil se intensifica, sobretudo, na década de 60 do século passado, por exemplo, especialmente a partir do tomada de poder pelos militares em 1964, contando com formidável colaboração da “Agency for International Development” (USAID)².

O início da expansão do ensino superior privado no Brasil remonta o final da década 50 do século passado, mas um novo modelo de ensino superior emerge a partir da Reforma Universitária de 1968 (5540/68), que orientada pela ideologia desenvolvimentista adotada

² Essa agência norte-americana, no contexto da guerra-fria, estabeleceu-se como o principal financiador do Brasil, uma vez que a mesma se notabilizou por prestar intensa assistência técnica e cooperação financeira em prol da reorganização do sistema educacional brasileiro, por meio de inúmeros acordos estabelecidos, em surdina, com o MEC.



pelos militares que estavam instalados no poder de forma arbitrária, ofereceu as condições necessárias para o crescimento da rede privada de ensino superior em nosso país.

Conforme salienta Tragtemberg (1982), a mentalidade empresarial predominou na expansão do ensino superior privado, pois os empresários interessados na expansão, muitos egressos do ensino básico privado, ao abrirem seus estabelecimentos de ensino, importaram também o controle de comportamento, com o qual estavam habituados a tratar os professores de seus colégios, além de manterem rigorosa vigilância ideológica no interior de suas instituições, impedindo o surgimento e desenvolvimento de um conhecimento crítico em seus estabelecimentos.

Se o ensino superior privada encontrava até final da década de 1970 campo fecundo para seu desenvolvimento, o mesmo não se dá na década posterior, visto que uma profunda crise se instalou no país na década de 80 e interrompeu a tendência de crescimento que a economia brasileira vinha apresentando nas décadas anteriores.

Ocorre que já no final da década de 70 do século passado, o regime militar, tão generoso com a mercantilização da educação privada, demonstrava sinais de fraqueza. No governo de João Baptista Figueiredo (1979 a 1985) alguns elementos demonstram isso. Em seu governo verifica-se a modificação da legislação partidária e eleitoral, bem como o restabelecimento do pluripartidarismo. Isso favoreceu o surgimento de inúmeros partidos como o Partido Democrático Social (antiga Arena) e o PMDB (antigo MDB), além do Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Democrático Trabalhista (PDT), o Partido Popular (PP) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Porém, o Partido Comunista do Brasil não pode gozar desse direito.

Aliado a esses fatores, o regime agonizava, resultado da uma conservadora opção política e econômica, baseada em financiamento externos, o que provocou alta da inflação e uma profunda recessão. Por outro lado, os movimentos sociais aumentavam seu poder de mobilização e atuação contra o regime. Em 1985 o regime chega a seu fim após a eleição indireta de Tancredo Neves que, por motivos de doença, nem sequer chega a assumir, ficando a responsabilidade de comandar a nação a José Sarney.

Essas mudanças de ordem política, todavia, pouco alteraram a correlação de forças instaladas pelas elites políticas e econômicas de nosso país, que continuariam a manter sua hegemonia e, assim, preservar o regime de privilégios que beneficiava a poucos; nesse



contexto, os empresários do ensino superior que, com a promulgação da Constituição Federal de 1988 continuariam livres para se expandir, pois, conforme consta em seu artigo 209, incisos I e II: “O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições: I - cumprimento das normas gerais da educação nacional; II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público”.

Nos anos de 1990, particularmente a partir da assunção ao poder de FHC, a expansão do ensino superior encontrou as condições propícias à seu acelerado crescimento. O ensino superior no octênio de Fernando Henrique Cardoso (FHC), tal como analisa Cunha (2003) contribui extraordinariamente para a expansão da rede privada de ensino superior, uma vez que os oito anos desse governo revelam uma intensificação da privatização no referido período, assim como um deslocamento da fronteira entre o setor público e o setor privado. A Reforma do Estado brasileiro empreendido por FHC ensejou as condições necessárias para a expansão mercantil da educação superior.

Na gestão de Lula da Silva (2002-2010) ainda percebemos condições semelhantes aquelas verificadas no octênio de FHC, ou seja, as políticas do governo Lula para a educação superior contribuíram para a "expansão" da oferta de vagas neste nível de ensino, o que não pode ser entendido como uma autêntica “democratização” do acesso ao mesmo. Neste caso, não se pode confundir expansão como sinônimo de democratização do ensino, ainda que seja expressiva a quantidade de indivíduos que estão tendo acesso a este nível de ensino nos últimos anos.

É oportuno lembrar que as políticas de expansão do ensino superior brasileiro realizadas no governo Lula encontravam-se intimamente relacionadas às orientações propaladas e disseminadas por organismos internacionais, especificamente o Banco Mundial e a UNESCO.

Se na gestão de FHC a educação fora cada vez mais inserida nos propósitos mercantilista, se valendo de um farto arsenal legislativo para isso, é na gestão de Lula que se consolida o ideário neoliberal. Mas, inicialmente é FHC que oportuniza as condições para que a Universidade seja cada vez mais submetida aos interesses empresariais. Infectada por esses propósitos, passando a atuar, conforme estabelece a atual LDB, com mais “flexibilização”, a grande estratégia de enraizamento, fortalecimento e expansão da “Universidade Operacional e Gerencial”, de destruição da Universidade fundada no reconhecimento público de



legitimidade que lhe confere autonomia do saber em relação à religião e ao Estado (CHAUÍ, 1999).

Verifica-se, assim, a instalação de um novo modelo de universidade, focada em atender as demandas do mundo do trabalho, preocupada apenas com o “ensino”, desatrelada da pesquisa e da extensão, bem diferente do modelo humboldtiano que se apoia no tripé ensino, pesquisa e extensão. Instala-se em nosso país um “modelo de universidade mundial”, isto é, uma universidade neoprofissional, heterônoma, operacional e empresarial/competitiva (SGUISSARDI, 2005, p. 215).

A fim de consolidar esse novo modelo de universidade fora promovida, tanto na gestão de FHC quanto na de Lula, um progressivo sucateamento do ensino público com redução de recursos orçamentários para a educação, na ausência de concursos públicos, de subordinação do ensino às demandas do mercado. Nada mais favorável ao célere processo de crescimento do ensino superior privado. Esse novo formato de ensino universitário procura, além da obtenção do lucro, oferecer uma rápida formação profissional dirigida às exigências do mercado de trabalho.

Parte dos setores progressistas defensores da educação pública, gratuita e de qualidade, contudo, esperavam que isso fosse revertido na gestão de Lula, o que definitivamente não ocorreu. A contrapelo dos defensores da educação pública, a reforma do ensino superior no governo Lula consolidou o aprofundamento do neoliberalismo na educação superior, encorajando parte do setor empresarial a empreender “como nunca na história desse país”³ na esfera educacional, propiciando cada vez mais com que a educação escolar seja encarada de duas formas pela burguesia “educação-mercadoria ou mercadoria-educação”. (RODRIGUES, 2007, p. 5).

II. A expansão do ensino superior e a semiformação

A semiformação seria a forma social da subjetividade determinada nos termos do capital. É meio para o capital, e simultaneamente, como expressão de uma contradição, sujeito gerador e transformador do capital. Adorno, ao

³ Jargão do presidente Lula, utilizado sempre que se referia as “inovações” e “mudanças” promovidas por seu governo.



contrário do resignado pessimismo equivocadamente associado com sua obra, apresenta uma alternativa prática real para a tendência à totalização social dominante, ao revelar a construção objetiva da formação social presente. Assim, em oposição à fatal "gaiola de ferro" de Max Weber, o viés idealista-ético, que impõe ao indivíduo "uma ordem de coisas inalterável na qual deve viver" (Weber, 1967, p. 34), seria substituído pela perspectiva materialista-dialética de Adorno. Nesta, o que parece ética formal ou cálculo racional se decifra como semiformação pela indústria cultural, que obstrui numa *forma social determinada* a contradição material presente em sua determinação social (MAAR, 2003, p. 467).

A crescente e acelerada expansão do acesso a educação superior, sobretudo após o crescente processo de privatização deste nível de ensino, orientada por preceitos neoliberais, pode ser vista, por um lado, como algo de certa forma positivo. Por outro lado, reside, na forma como se deu essa expansão, uma negligência proposital com uma autêntica formação dos indivíduos.

Ao que tudo indica, a preocupação precípua dos administradores da sociedade consiste apenas na quantidade da oferta e não com a qualidade da formação oferecida. Estamos, assim, diante daquilo que Adorno (1996) entendeu como semiformação (*Halbbildung*) que é a determinação social da formação na sociedade contemporânea capitalista.⁴

Nesse sentido, a semiformação faz parte do âmbito da reprodução da vida sob o monopólio da "cultura de massas", cuja indústria cultural oferece inestimável contribuição (de)formativa. Apreendo, a partir dessa assertiva, que as "massas" são semiformadas afirmativamente para confirmar a reprodução continuada do vigente como cópia pela indústria cultural (esta, sempre a serviço da reprodução de consciências alienadas).

Essa semiformação, ao contrário da autêntica formação cultural (*Bildung*), reforça a alienação e a compreensão ideológica, preconceituosa e estereotipada do mundo e pouco contribui para uma interpretação crítica da realidade concreta, para a autonomia e a emancipação.

A expansão mercantilizada da educação superior, cujo desenvolvimento se dá sem que haja a obrigatoriedade da oferta do ensino, pesquisa e extensão (o tripé do modelo humboldtiano de universidade) pode ser apontada como um dos fatores fundamentais para a propagação nesse nível de ensino da semiformação.

⁴ Utilizo a expressão semiformação conforme Adorno (1996) utiliza em "Teoria da Semicultura".



Ademais, a facilitação da forma de ingresso no ensino superior, que desde 1911 obrigava os candidatos a vaga em Universidades a prestar vestibular e cujo objetivo era o de selecionar os candidatos intelectualmente habilitados aos cursos superiores, não constitui mais uma exigência obrigatória.

Atualmente, as instituições da rede privada optaram por formas de ingresso nas quais as exigências são no mínimo um ultraje a inteligência de quem se submete. Tem até vestibular agendado, on line... Recentemente, num desses exames, até um aluno analfabeto conseguiu ser aprovado em Direito em uma das maiores universidades particulares do estado do Rio de Janeiro.

Em reportagem exibida pelo Fantástico (Rede Globo) o padeiro Severino da Silva, um brasileiro de 27 anos e analfabeto. A pedido do referido programa dominical Severino se inscreveu no vestibular da faculdade de direito da maior universidade particular do Rio de Janeiro (Estácio de Sá).

A faculdade no qual Severino se inscreveu foi, segundo a reportagem, a que mais havia crescido nos últimos anos. Uma campeã em número de alunos, mais de 60 mil. Seu espantoso crescimento permitia que ocorresse vestibular de 15 em 15 dias. Ao fazer a prova de múltipla escolha, Severino assinalou apenas as alternativas "a" e "b". Na hora de fazer a redação, que não é obrigatória no referido exame, Severino, “espertamente”, informou aos fiscais que não estava se sentindo e acabou por **não escrever** sua redação. Dias depois, a reportagem retorna a faculdade para saber o resultado e Severino havia sido aprovado em **nono lugar**, mesmo obtendo apenas **20% de acertos**.⁵

Convém lembrar que a atual Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9394/96) assinala que desde o ensino fundamental, que visa a “formação básica do cidadão, mediante o desenvolvimento da capacidade de aprender”, deveria proporcionar aos nossos alunos nesse nível de ensino “**o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo**” (Art. 32. Inciso I. grifo meu). O pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo, parece-me, não ser “habilidade” demonstrada por boa parte dos discentes egressos desse nível de ensino, que, em seguida, irão cursar o ensino médio e, posteriormente, uma parte menor, o ensino superior.

Dados da pesquisa “Indicador de Alfabetismo Funcional” (INAF), divulgada pelo Ibope em 2009, indica que apenas 25% da população brasileira consegue ler e interpretar

⁵ O vídeo da reportagem pode ser visto no site: <http://www.youtube.com/watch?v=L1Jph9IvFwA>



um texto qualquer. O restante encontra-se na condição de analfabetos funcionais, isto é, não conseguem ler e interpretar textos.

No ensino superior, a realidade não parece ser diferente. Ler e escrever para a maioria dos estudantes representa uma verdadeira “vereda escarpada”. (Diria Marx no “Capital”, ao se referir as dificuldades que os trabalhadores teriam para ler sua principal obra e destinadas especialmente a estes, afim de que compreendessem cientificamente o modo de produção capitalista e, assim, pudessem transformá-lo).

No ensino superior, segundo fontes da mesma pesquisa, 32% dos brasileiros com ensino superior completo ou incompleto não podem ser considerados plenamente alfabetizados, pois encontram muitas dificuldades para ler ou interpretar livros ou obras necessárias a sua formação elementar.

Obviamente que, encontrando dificuldades para ler e entender textos, a mesma dificuldade se repetirá para produção de resumos, resenhas ou qualquer outro trabalho de natureza acadêmica e científica, em especial, por exemplo, o trabalho de conclusão de curso (um parto demasiadamente dolorido para a maioria dos discentes).

Tecer uma crítica (do grego *crinein*, que significa separar, julgar, avaliação que julga o mérito estético de uma obra de arte, a lógica de um raciocínio, a moralidade de uma conduta) revela-se uma tarefa cada vez mais complexa e indesejada. Isso deriva, em grande parte, de que a educação vem gradativamente se convertendo em um negócio muito vantajoso, cuja lucratividade parece garantida.

A preocupação é demasiada com o aumento quantitativo da oferta e não com a expansão da qualidade. Ocorre, portanto, uma falsa democratização da cultura, em função de uma precária massificação do acesso ao ensino superior, acarretando um empobrecimento cultural que pouco colabora para a emancipação do indivíduo.

A lógica imposta pela sociedade administrada e presidida pela racionalidade do capital – uma racionalidade tecnológica – incentiva a amnésia social, destruindo a memória. Assim, não se medem esforços para, aniquilando – no limite do (im)possível – a possibilidade do pensar autônomo, poder reduzir, progressivamente, os direitos sociais dos trabalhadores, conquistados ao longo de séculos de lutas que, em diferentes esferas, caracterizam a resistência.



Nessa perspectiva, se desenvolve uma espécie de pedagogia semiformadora, que se dedica-se, especialmente, à inculcação de alguns rudimentos necessários a tornar os indivíduos apenas “empregáveis”, algo que representa para a uma boa parte apenas um aumento do valor mercantil de suas personalidades.

A educação, na condição de mercadoria, estadeia um valor de uso na qual a preocupação ontológica não habita o interesse em realmente forma no sentido pleno do termo, mas em semiformar, procurando cumprir, dessa maneira, as metas quantitativas previstas pela Lei que instituía o Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/01, que tinha como uma de suas metas para a década passada oferecer educação superior para pelo menos 30% da faixa etária de 18 a 24 anos).

Horkheimer e Adorno (1985) entendem que “a cultura converteu-se totalmente numa mercadoria. O pensamento perde o fôlego e limita-se à apreensão do fatural isolado”, sem relações, sem mediações, sem criticidade... A cultura, convertida em mercadoria, passa a ser difundida como uma informação, sem, contudo, penetrar nos indivíduos dela informados (HORKHEIMER e ADORNO, 1985).

No presente cenário de reestruturação das relações sociais de produção, parece um grande desafio romper com o pensamento único estabelecido pelas elites, uma vez que a preocupação destas não é com a formação crítica dos indivíduos, mas com a semiformação, com a alienação, como a reificação das consciências, obliterando o processo de esclarecimento.⁶ Convém, neste momento, evocar Adorno (1994, p. 87) quando analisa que:

[...] Está justificada a suspeita dos antigos críticos culturais, segundo a qual num mundo em que a educação é um privilégio e o aprisionamento da consciência impede de qualquer modo o acesso das massas à autêntica vivência das formações espirituais, não mais importam tanto os conteúdos ideológicos específicos quanto o fato de que simplesmente haja algo preenchendo o vácuo da consciência expropriada e desviando a atenção do manifesto segredo.

Se, tal como escreveu Adorno (1993), a vida está danificada, a educação, embora constitua uma das principais mediações para a socialização do indivíduo no mundo, encontra-se, também, na mesma condição, em virtude de não conseguir formar sujeitos críticos e

⁶ Utilizo, aqui, a expressão “esclarecimento” conforme empregam Adorno e Horkheimer (1985) na “Dialética do esclarecimento”.



emancipados e, ainda, colaborar, fortemente, para que os mesmos permaneçam em uma situação de “escravidão”. Não que a educação superior **seja** assim. Na verdade, **está** assim, por encontrar-se inserida em uma configuração social, expressão do modelo político, econômico e cultural capitalista, que não permite à mesma ser mediação para a autonomia dos indivíduos.

O desencantamento do mundo⁷ (ou o esclarecimento!) em meu entender é condição indispensável para a emancipação dos indivíduos. E a educação deveria cumprir papel destacado para esse processo.

No entanto, a “emancipação intelectual” (conforme expressão de Kant) enfrenta como estorvo privilegiado à própria educação. A prevalência da semiformação dificulta ainda mais um processo de emancipação dos homens, pois acaba por contribuir para que a realidade social se afaste da consciência cultivada, tanto mais esta se vê submetida a um processo de reificação, o que praticamente inviabiliza o esclarecimento do espírito.

O esclarecimento, processo que se desencadeia a partir do desencantamento do mundo, potencializa nossa capacidade de superar a dominação intelectual de uma classe de dominadores sobre a humanidade. O enfraquecimento da autêntica formação cultural (*Bildung*), pelo visto, é a meta maior daqueles que defendem a mera expansão mercantil e quantitativa da oferta do ensino superior e serve, muitas vezes, apenas para aumentar o valor mercantil das pessoas e o capital humano necessário a reprodução do capital.

Aliado a esse processo como esquecer as condições objetivas que ainda penalizam boa parte dos ingressantes no ensino superior. E eles têm uma história... boa parte enfrentou um duro processo de escolarização, encarando diversos obstáculos para terminarem, com sucesso, as etapas antecedentes do ensino superior; pobreza, fome, dificuldades de acesso a saúde, saneamento, segurança, moradia decente, lazer...

Fatores que influem decisivamente na formação cultural de um povo, mas, ainda hoje, não pertencem ao cotidiano desses. Além do mais, muitos estudantes do ensino superior, em

⁷ O termo “desencantamento do mundo” fora inicialmente utilizado por Max Weber na “Ética protestante e o espírito do capitalismo”. Adorno e Horkheimer a empregam na “Dialética do esclarecimento”. Segundo Adorno e Horkheimer: “No sentido mais amplo do progresso do pensamento, o esclarecimento tem perseguido sempre o objetivo de livrar os homens do medo e investi-los na condição de senhores. Mas a terra totalmente esclarecida resplandece sob o signo de uma calamidade triunfal. **O programa do esclarecimento era o desencantamento do mundo.** Sua meta era dissolver os mitos e substituir a imaginação pelo saber” (Os grifos são meus) (1985, p. 19).



especial os da rede privada noturna, procuram conciliar os estudos com o trabalho, que, em geral, ocupa boa parte do tempo da vida desses indivíduos e reduz sensivelmente o tempo para leituras e demais atividades formativas.

III. Considerações Finais

Em *Crítica cultural e sociedade*, Adorno destacara: hoje a sociedade ela própria é sua ideologia. Essa ideologia já não seria um conjunto ideal no plano das idéias, mas a própria ordem social. A semiformação vai muito além de uma "perturbação pedagógica" no interior de uma determinada situação social educacional. Refere-se a uma forma ordenada da sociedade contemporânea determinada conforme um certo modo de produção social dos homens, e somente neste âmbito pode ser adequadamente apreendida (MAAR, 2003, p. 471).

A concretização desse projeto do capital, implicado no processo da dominação crescente imposta aos indivíduos – fundamentalmente, aos trabalhadores – se realiza, com notável sucesso, pois, se faz acompanhar por uma mercantilização sistemática dos setores considerados dispendiosos pelo Estado, quais sejam, a saúde, a cultura e a educação. A mercantilização, e conseqüente vulgarização, destas últimas são pontos estratégicos para a socialização das formas de pensar e agir próprias da ideologia burguesa.

Atualmente, penso que seja difícil a reversão da lógica sobre a qual se assenta o caráter (ir)racional da (de)formação das massas. Os canais e instâncias mediadores que propagam as ideias dominantes revelam uma capacidade inaudita em disseminar pensamentos que estimulam o exercício da heteronomia, da subserviência, da aceitação e resignação exacerbada.

Mas penso, também, que, nos interstícios, emergidos da contraditória tessitura das relações sociais, engendrado por essa mesma lógica, ainda seja possível fazer algo mediante a educação e o esclarecimento. Porém, tudo que deponha contra a ordem estabelecida corre sempre o sério risco de ser aniquilado e ter sua existência subjetiva abreviada, inclusive de forma “pacífica”. A “violência simbólica” estudada por Bourdieu é, em meu entender, uma forma clássica de eliminação “pacífica” da existência do outro.

O esforço em ocultar as contradições, mediante, sobretudo, a semiformação, não se dá de forma automática e mecânica. Os indivíduos ainda possuem a capacidade de desconfiar do



“manifesto segredo” e, assim, resistir contra a destruição de sua autonomia e torna-se espírito livre.

É nesse momento que podemos empreender uma resistência para ruptura e para a emancipação. E essa possibilidade utópica é alimentada sempre quando pelo menos desconfiamos das in-formações que são vinculadas como verdadeiras, inibidoras do pensamento autônomo.

E isso é possível mesmo diante da colossal processo de mercantilização da educação superior em nosso país que, empenhada mais em criar simulacros oferece, contraditória e dialeticamente, a possibilidade de seu desvelar.

Referências

ADORNO, T. W. Crítica cultural e sociedade. In: COHN, G. (org.). **Theodor W. Adorno**. São Paulo: Ática, 1994b: 76-99 (Grandes cientistas sociais, 54).

ADORNO, TH. Teoria da semicultura. In: Educação & Sociedade: **Revista quadrimestral de Ciência da Educação/CEDES**: Campinas: Papyrus, XVII, n. 56, dez. 1996: 388-411.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 10.172**, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

CHAUÍ, M. A Universidade Operacional. **Folha de S. Paulo**-09/05/1999-Caderno Mais. pp. 54-61.

CUNHA, L. O ensino superior no octênio FHC. **Educação & Sociedade**, Campinas, CEDES, vol. 24, n. 82: 37-61, abril de 2003.

HORKHEIMER, M. e ADORNO, T. W. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

IBOPE. **Indicador de analfabetismo funcional**. São Paulo: Ação educativa e Instituto Paulo Montenegro, 2009.

MAAR, Wolfgang Leo. **Adorno, semiformação e educação**. *Educ. Soc.* vol.24, n.83, pp. 459-475. ISSN 0101-7330. 2003

RODRIGUES, J. **Os empresários e a educação superior**. Campinas: Autores Associados, 2007.



A Condição Humana: olhares da espiritualidade, educação, saúde e tecnologia.
ISBN: 978-85-65430-11-1 – Instituto de Formação Humana

14

SGUISSARDI, Valdemar. **Universidade pública estatal: entre o público e privado/mercantil.** *Educ. Soc.* 2005, vol.26, n.90, pp. 191-222. ISSN 0101-7330.

TRAGTEMBERG, M. **Sobre educação, política e sindicalismo.** São Paulo: Cortez, 1982.